

Educação, cidadania e direitos humanos

 EDITORA
VOZES

José Sérgio Carvalho (org.)

Petrópolis
2004

Introdução

*José Sérgio Carvalho
Clarice Seixas Duarte*

A educação, afirmada no artigo 205 da Constituição Federal de 1988 como “um direito de todos e um dever do Estado e da família”, apresenta um regime jurídico de proteção privilegiado, contando com importantes dispositivos que visam garantir sua efetividade, tanto no plano constitucional como infraconstitucional. Dentre os dispositivos constitucionais, merecem destaque a vinculação orçamentária de receitas (art. 212); o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais (art. 206, IV); o princípio da obrigatoriedade do ensino fundamental (art. 208) e a previsão, como direito público subjetivo, do acesso ao ensino obrigatório e gratuito.

É possível alegar que nem sempre a essa prioridade legal tem correspondido um esforço concreto no sentido de se estabelecer políticas públicas que venham a contribuir de forma efetiva para que o acesso à escolarização resulte numa aproximação crescente dos objetivos para ela estabelecidos pela nossa constituição: “o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Contudo, é inegá-

vel que os legisladores constitucionais e a opinião pública reconhecem a importância vital da educação na formação de valores e condutas vinculadas ao respeito pela dignidade humana e pelo Estado Social Democrático e de Direito, conforme disposto na Carta Constitucional.

Tal reconhecimento não constitui uma novidade no pensamento educacional, embora tenha recebido crescente atenção a partir do século XX. Já na política, Aristóteles afirmava que “ninguém colocará em dúvida que o legislador deve dirigir sua atenção sobretudo para a educação dos jovens, uma vez que a negligência com relação à educação prejudica a constituição [...]. Dado que o Estado [a *polis*] tem um fim único [o bem comum] é evidente que deve haver uma única e mesma educação para todos e que ela deve ser pública e não privada [... pois] a educação nos assuntos que são de interesse comum deve ser a mesma para todos”¹.

Mais do que uma voz isolada, as reflexões de Aristóteles sobre a necessária vinculação entre a formação educacional e os interesses públicos iniciam uma vasta e fecunda tradição intelectual que concebe os esforços educativos como visando não apenas nem prioritariamente ao êxito econômico privado (como a ascensão social), mas a sua potencial repercussão na formação de valores publicamente consagrados. É neste sentido que Montesquieu afirma que “é no governo republicano que há necessidade de toda força da educação. O temor dos governos despóticos nasce naturalmente entre as ameaças e os castigos. A honra das monarquias é favorecida pelas paixões e as favorece,

1. Aristóteles. *Politics*. Livro VIII, I. Great Books, Britannica, Univ. de Chicago, 1952.

por sua vez. Mas a virtude política é uma renúncia a si mesmo, o que é algo sempre penoso”².

No século XX, esse objetivo educacional ganhou novos e importantes defensores, como John Dewey e Anísio Teixeira, dentre tantos outros, e tem mobilizado, desde então, incontáveis esforços de professores, pesquisadores e implementadores de políticas públicas no sentido de se dar respostas a essa “vocação pública”. É nesta tradição intelectual e nesta luta política difusa que gostaríamos de, modestamente, situar esta obra. Não é seu propósito apresentar – muito menos substituir – os textos clássicos que integram tal tradição, mas aproximar os ideais neles expressos dos desafios cotidianos de educar para valores públicos na sociedade brasileira contemporânea, fomentando a reflexão conceitual e a proposição de ações ligadas a esse conjunto de valores e metas.

Os textos publicados nesta obra buscam refletir parte das experiências e dos esforços visando a desenvolver uma perspectiva de formação de professores que vincule a ação docente à difusão e ao cultivo dos valores da cidadania democrática e dos direitos humanos. Sua história se inicia em 1997 com a instalação da *Cátedra USP/Unesco de Educação para a Paz, os Direitos Humanos, a Democracia e a Tolerância*. Nessa ocasião, o então coordenador, Professor José Mário Pires Azanha, juntamente com o Conselho, delineou “as linhas de atuação” que deveriam nortear as ações da Cátedra. Dentre elas, mereceu especial destaque a formação de professores.

A primeira iniciativa nesse sentido foi a aprovação de uma nova ementa para a disciplina *Introdução aos Estu-*

2. *Apud* Comparato, Fábio K. *Educação, Estado e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 87).

dos da Educação, oferecida aos licenciandos da Universidade de São Paulo pelo Departamento de Filosofia da Educação e Ciências da Educação da Feusp. Nela, procurou-se levar os alunos a refletirem sobre a possibilidade e a importância da ação educativa escolar ter como um de seus objetivos fundamentais o compromisso com uma formação voltada para os valores da democracia e dos direitos humanos. O programa do curso, que envolvia seis turmas de cerca de 60 alunos cada, incluía um conjunto de palestras a cargo dos membros do Conselho da Cátedra ou de professores convidados. Duas delas integram esta coletânea: *O princípio da igualdade e a escola*, do Prof.-Dr. Fábio Konder Comparato (FD-USP) e *A instituição escolar e a violência* da Profa.-Dra. Marília Pontes Sposito (Feusp)³.

Como desdobramento e ampliação desse programa – que ainda vige na licenciatura da Feusp – foi apresentado à Fapesp uma proposta de pesquisa em políticas públicas de formação continuada de professores, inicialmente coordenada pela Profa.-Dra. Maria Victoria Benevides Soares. Seu objetivo era, simultaneamente, estender os ideais do programa de formação às escolas da rede pública e passar a agir não mais na formação isolada e inicial dos licenciandos, mas na formação em serviço de equipes de professores de uma mesma unidade escolar. Foram organizadas, então, uma série de palestras sobre temas que, ao longo de uma pesquisa de campo, tinham sido apontados pelos professores como fonte de dificuldades em seu trabalho: a forte presença da mídia na formação de valores dos jovens; as relações familiares e a violência social. Daí a presença de textos focalizando essas temáticas, como os de

3. Ambos os artigos foram originalmente publicados nos *Cadernos de Pesquisa*, da Fundação Carlos Chagas, nº 104, julho de 1998: 58-75. São Paulo: Cortez.

Eugênio Bucci, Amaury César Moraes, Flávia Schilling e Heloísa Buarque de Almeida, bem como a transcrição do debate sobre mídia e escola.

Num terceiro momento, as palestras foram agrupadas em um curso de extensão cultural oferecido a professores da rede pública e, em seguida, reeditadas numa parceria do Projeto Direitos Humanos nas Escolas e do então Núcleo de Ação Educativa de São Miguel Paulista⁴. A idéia de publicá-los em uma coletânea surgiu a partir da constatação de que as obras em educação e direitos humanos, em geral, caracterizam-se ora por uma abordagem preponderantemente metodológica, por exemplo, sugerindo atividades e temas de aula, ora em livros extremamente especializados, na sua maior parte dirigidos a um público já versado no assunto.

Nossa meta, ao contrário, era levar ao público em geral, e, sobretudo, aos professores em exercício ou em formação, a palavra de especialistas, capazes de apresentar uma visão geral e acessível de alguns dos problemas e características da sociedade brasileira que tornam tão difícil quanto urgente uma formação escolar voltada para o cultivo de valores e condutas identificados com a cidadania democrática e com os direitos humanos. Assim, embora o livro tenha dois capítulos descrevendo a prática dos cursos, sua ênfase reside na busca pela compreensão de conceitos e práticas que vinculem a escola a esses ideais públicos.

A primeira parte da obra – Conceitos fundamentais – tem como meta apresentar de forma acessível temas básicos da cidadania e dos direitos humanos, relacionando-os

4. O percurso histórico do projeto e a análise de seu trabalho de formação encontra-se descrito no capítulo “Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações.

com os dilemas e as práticas da educação escolar. A segunda parte – Desafios da escola contemporânea – focaliza temas polêmicos cujo debate, acreditamos, é hoje imprescindível para todos aqueles que desejam vincular a ação educativa aos ideais da cidadania democrática e da promoção dos direitos sociais. Por último, em Experiências práticas, apresentamos um artigo coletivo de toda a equipe do Projeto Direitos Humanos nas Escolas, descrevendo nossa experiência, e um artigo da equipe pedagógica do NAE 10 sobre a parceria estabelecida com o Projeto. Por fim, à guisa de uma conclusão, publicamos o depoimento de Margarida Genevois, militante histórica dos direitos humanos e pioneira nos esforços de formação de professores nessa área.

Uma obra como esta, que reflete uma longa experiência conjunta, não poderia ser apresentada sem uma lista de agradecimentos igualmente longa. No plano institucional somos gratos à Fapesp, à Ford Foundation, à Comissão de Cultura e Extensão da USP, à Faculdade de Educação da USP, ao Centro de Direitos Humanos, à Cátedra USP/Unesco de Direitos Humanos, às Escolas Estaduais José Liberatti e Armando Gaban, ao Núcleo de Ação Educativa nº 10 e a todas as escolas municipais a ele vinculadas e à Produtora Cinematográfica Corte Seco. Algumas pessoas foram especialmente importantes para a realização de todo este trabalho: o Professor José Mário Pires Azanha e a Professora Maria Victoria Benevides Soares, que deram o impulso inicial ao Projeto; e o revisor técnico Luiz Paulo Labriolla, responsável pela transcrição e edição das palestras.

Agradecemos ainda a todos os autores que cederam seus direitos autorais para a continuidade do projeto de formação de professores. Por último, um agradecimento

especial a toda equipe de monitores que desenvolveu este Projeto ao longo dos últimos três anos: Eduardo Amaral, Carla Scrivano, Alessandra Gomes, Luciano Santos, Estela Barbieri, Kennedy, Julia Andrade, Adriana Sesti e Wellington Tibério e à equipe de monitores que, mesmo sob condições adversas, participou com dedicação e afinco no trabalho de formação: Ana Carolina Filizola, Camila Cafaro, Cosme Marins, Diana Mendes, Luciana Bilhó, Luiz Paulo Labriolla e Márcio Alves.

Educação, cidadania e direitos humanos

José Sérgio Carvalho (org.)

 EDITORA
VOZES

Petrópolis
2004